

## **A GLOBALIZAÇÃO DA MÍDIA E DA CIDADANIA E A ESFERA PÚBLICA INTERNACIONAL <sup>1</sup>**

SÔNIA SERRA\*

O impacto crescente da organização supranacional dos Estados, das trocas além fronteiras entre sociedades civis e movimentos sociais, da globalização da mídia e da formação de uma opinião pública mundial indica importantes transformações da vida pública, que demandam o repensar das teorias sobre os meios de comunicação, tradicionalmente formuladas nos limites dos estados nacionais. Neste novo contexto, o estudo do papel e das influências sobre a imprensa internacional se faz especialmente necessário. Esta comunicação analisa essas transformações e defende que o conceito de esfera pública internacional, baseado nas formulações propostas por Habermas em seus estudos mais recentes, desde que ampliadas para dar conta da configuração contemporânea, oferece um quadro teórico importante para compreender as novas relações entre os meios de comunicação, os sistemas políticos e os grupos sociais, e especialmente como novas questões passam a fazer parte da agenda política.

### **Globalização e espaços públicos além-fronteiras**

Essas significativas transformações que transcendem o escopo dos estados nacionais têm sido referidas como processos de globalização.

---

<sup>1</sup> Esta é uma versão ligeiramente revista do artigo «Mídia Global, Movimentos Sociais e a Esfera Pública Internacional», apresentado no I Colóquio Brasil/Grã-Bretanha de Comunicação e Estudos Culturais, realizado no Rio, em julho de 1999.

\* Universidade Federal da Bahia – sonserra@ufba.br

Autores da linha da economia política, como Garnham (1997), comentaram como a economia foi re-estruturada no contexto da globalização, com impactos na mídia e na natureza da política. Este trabalho enfoca as mudanças nas relações sociais e no domínio da política, relacionadas com tais modificações que, como alguns autores colocam, estão também marcadas pela reestruturação do tempo e do espaço. McGrew (1992:65), por exemplo, enfatiza que a globalização é uma condição complexa, em que «os padrões de interação humana, interconexão e consciência estão reconstituindo o mundo como um espaço social único». Para Robertson (1992:8), a globalização representa tanto «a compressão do mundo quanto a intensificação da consciência do mundo enquanto um todo». Giddens (1990:64) argumenta que a globalização significa «a intensificação de relações sociais de âmbito mundial, que ligam localidades distantes de tal forma que os acontecimentos locais são conformados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa».

A primeira indagação no debate teórico sobre o tema da globalização é, usualmente, se estas são condições e processos realmente novos (Curran & Seaton, 1997, ver Thompson, 1995 para uma abordagem histórica). Contra a idéia de novidade, pode ser argumentado, como Habermas (1997: 514 [orig. 1990]) comenta, que, no contexto da Revolução Francesa, Kant já identificava o desenvolvimento de uma esfera pública mundial. A pesquisa histórica pode de fato mostrar como esse evento influenciou movimentos revolucionários em locais distantes, como o Brasil, desde que fluxos de pessoas, cartas, livros e notícias através de grandes espaços geográficos já eram uma realidade em séculos passados. O mesmo pode ser dito dos movimentos abolicionistas, operários e feministas, que eram de muitas formas «profundamente transnacionais, mesmo transcontinentais» (Markoff, 1997: 67). Assim sendo, o que a globalização traz de novo?

No contexto deste artigo, a primeira resposta para essa questão se refere ao impacto das mudanças tecnológicas, especialmente nos meios de comunicação e nos processos, geográficos, sociais e políticos. Há, de fato, condições paradoxais nas sociedades contemporâneas que não podem ser minimizadas. Enquanto que, por um lado, o que constitui o mundo exterior expandiu-se bastante desde o período das cidades-Estado, e mesmo desde a criação da Organização das Nações Unidas (que em sua fundação tinha aproximadamente cinquenta países participantes e hoje tem quase duzentos), por outro lado, também cada vez mais se estreitou, por se ter tornado mais próximo em tempo e espaço através da velocidade e intensidade dos desenvolvimentos em transporte, informação e mídia.

A expansão da mídia global e das novas tecnologias de comunicação, que promovem a compressão do tempo e do espaço, não deveria ser considerada simplesmente em termos do aumento do número de órgãos, ou de pessoas que obtêm informações através da mídia internacional. O que é

mais importante é o fato de que esses avanços tecnológicos implicam mudanças qualitativas. Por exemplo, eles permitem que respostas mundiais a notícias de eventos acontecendo à distância possam ser dadas, recebidas e assistidas simultaneamente pelos diversos protagonistas, enquanto os eventos ainda estão se desenrolando, especialmente através da televisão via satélite. Além do mais, isto acontece sob o olhar dos governos, sociedades civis e opinião pública, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Sistemas de alcance mundial, como a CNN e a BBC, fornecem um canal imediato para respostas governamentais, além de se constituírem em padrões críticos, para os cidadãos avaliarem a cobertura dos sistemas de radiodifusão nacionais (Friedland, 1992). Tudo isso indica que há uma diferença significativa em relação a situações anteriores, não apenas na forma como as reações externas são geradas, mas também nas repercussões e impacto, a nível nacional e internacional, dessas reações a eventos domésticos. Essas interações, por sua vez, podem influenciar os resultados de uma forma muito mais direta, abrangente e instantânea. Entretanto, é importante notar que essa visibilidade e publicidade globais imediatas não conduzem necessariamente a finais felizes, e isso também significa que o interesse da mídia nessas questões desaparece tão rápido quanto elas surgem (Curran & Seaton, 1997).

Exemplos históricos desse tipo de evento, em uma escala sem precedentes, e que chamaram a atenção de diversos pesquisadores nos últimos anos incluem: os conflitos entre estudantes e autoridades chinesas na Praça Celestial (Thompson, 1995; Keane, 1995a; Garnham, 1992; Toffler, 1993), a queda do muro de Berlim e as revoluções de veludo na Europa Oriental (Curran & Seaton, 1997; Habermas, 1992a), a guerra do Golfo e a *intifada* na Palestina (Wolsfeld, 1997), a tentativa de golpe soviético em 1991 (Friedland, 1992) e o atentado suicida a um ônibus em Israel (Curran & Seaton, 1997). Em 1940, antes mesmo do advento da televisão via satélite, Robert Park (1970) já havia observado que a expansão dos meios de comunicação, de tal forma que qualquer pessoa em qualquer parte do globo podia participar instantaneamente em eventos acontecendo em outras partes do globo, «se não como espectadores, mas como ouvintes», tinha alterado radicalmente o caráter da política internacional, com consequências imprevisíveis. Nos casos mais recentes, a questão dos meios interferindo na diplomacia e nas relações exteriores tem sido levantada, com a produção de algumas evidências. Embora este não seja um fenômeno novo e já tenha sido observado pelos primeiros analistas da imprensa como Lipmann, ou críticos do século dezenove, que protestaram contra a influência de jornais na diplomacia mundial (Friedland, 1992), o alcance, intensidade e velocidade, novamente fazem com que essa seja uma diferença, não apenas de grau, mas de qualidade.

A segunda resposta se refere ao crescimento impressionante do número, alcance e papel das organizações não-governamentais (ONGs), ao lado dos movimentos sociais (Archer, 1992; Luard, 1990; Serra, 1996; Willets, 1982), revigorando a sociedade civil a nível mundial. Enquanto previamente essas organizações, estabelecidas em sua maioria em países do norte, visavam fornecer ajuda emergencial ou para o desenvolvimento de países do sul, posteriormente, um grande número delas adquiriu um perfil mais político e se tornaram importantes grupos de pressão, nos campos dos direitos humanos, justiça social e ecologia. Também, outras organizações semelhantes se formaram em países do sul e se articularam com as dos países desenvolvidos.

Essas redes transnacionais trocam recursos, conhecimentos, informações e idéias, o que aumenta a sua legitimidade e eficácia (Mainwaring & Viola, 1984; Scherer-Warren & Krischke, 1987). Suas ligações ao nível das bases facilitam seu papel como sensores de advertência para problemas sociais. Sua capacidade e recursos para forjar alianças, exercer lobby sobre parlamentos e dramatizar questões para sensibilizar a mídia e a opinião pública e pressionar governos, capacitam-nas para levantar novos temas na agenda política e influenciar o debate público. Esses fatores, aliados ao conhecimento especializado, permitem a essas redes promover mudanças em políticas públicas porque, embora não tenham poder legal para tanto, podem, entretanto, influenciar instituições intergovernamentais com essa finalidade (Hamelink, 1994). Essas organizações têm sido reconhecidas por agências multilaterais, como o Banco Mundial, e conquistaram representação e status consultivo em órgãos interestatais, como as Nações Unidas. Além do mais, existem propostas para garantir-lhes um papel mais efetivo nessas estruturas globais (Commission on Global Governance, 1998 [orig. 1985]). Como Fernandes (1995) observa, as ONGs são elementos fundamentais para uma «cidadania planetária», por possuírem uma dupla característica de inserção local e conexão internacional. Elas também têm se contraposto a ações de corporações transnacionais, de forma a fazer com que algumas delas mudem suas políticas e adiram a valores mais comprometidos com o bem estar social.

O valor básico dessas organizações não-governamentais é a solidariedade multinacional, mas elas também se defrontam com pressões ligadas ao dinheiro e ao poder administrativo e correm riscos provenientes da utilização de dois pesos e duas medidas, da competição e da cooptação. Em sua maior parte, as ONGs têm sido responsáveis por resultados positivos, novos padrões e valores humanitários. Entretanto, não se pode ignorar a emergência de movimentos sociais anti-democráticos, influenciados pelo racismo, xenofobia, fascismo ou ideologias fundamentalistas que, ao contrário, representam uma ameaça à constituição de uma esfera pública internacional.

A diferença básica dessas organizações, em relação aos movimentos sociais anteriores, consiste em que, embora os últimos tivessem ligações e influência transnacionais, «as suas arenas para ações efetivas e as possibilidades de institucionalizar as suas conquistas limitavam-se basicamente ao nível dos estados nacionais» (Markoff, 1997: 67).

A terceira resposta para a questão sobre o que há de novo em relação à globalização é o aumento da organização supranacional ao nível do sistema político global, sob a forma de organismos interestatais, legislação internacional e da regionalização em termos de blocos políticos e econômicos e do poder militar. Nas últimas décadas, as conferências internacionais da agenda social das Nações Unidas têm ajudado a colocar temas na agenda internacional, com efeitos no debate público, a nível nacional e internacional. Elas possuem uma grande visibilidade, relativa transparência e participação extensiva (Leis, 1995; Alves, 1996). Estes debates intergovernamentais se têm constituído em grandes eventos que atraem um grande número de chefes de Estado e têm possibilitado a participação ativa de ONGs nas discussões preparatórias e durante o evento. As conferências têm atraído ampla cobertura da mídia, mas esta, entretanto, é muito seletiva e diferenciada na sua apresentação dos atores e das preocupações de países desenvolvidos ou em desenvolvimento (Giffard, 1996).

Além do exposto, um número maior de convenções e regulamentos internacionais têm sido estabelecidos com um nível maior de obediência, e as propostas de criação de uma corte internacional ganharam maior aceitação. De certa forma, essas mudanças e tendências, ampliadas no contexto pós-Guerra Fria, são uma resposta à intensificação dos problemas globais como a pobreza, migrações, o peso da dívida externa, o comércio das drogas e outros crimes internacionais e desastres ecológicos – tudo isso indicando que todas as sociedades são parte inseparável de uma comunidade de riscos compartilhados, o que requer cooperação política (Morin, 1986; Habermas, 1995:43). Assim sendo, Nancy Fraser (1993:26) indaga: «com uma biosfera planetária única faz sentido entender o Estado-nação como a apropriada unidade de soberania?»

### **Mídia global, governança global, *networking*: transversalidade**

Apesar de alguns estudiosos corretamente enfatizarem a sobrevivência do Estado Nacional e apontarem para a sua capacidade de resistência e adaptação (Curran & Seaton, 1997; Golding & Harris, 1996; Goldblath, 1997), outros autores, também corretamente, indicam as ameaças à soberania nacional, vindas de baixo e de cima (Held, 1995; Castels, 1997). Argumentam que a soberania dos estados nacionais tem sido crescentemente solapada pela já mencionada importância crescente das organizações

supranacionais, como as Nações Unidas, blocos político-econômicos e uniões militares entre Estados e agências multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI. (Este tem sido um problema antigo para os países do sul, mas agora este processo está se disseminando e se intensificando). Há também muita preocupação com as ameaças à soberania nacional provocadas pela transnacionalização do capital e a centralização do poder corporativo, especialmente na forma do mercado financeiro global. As ameaças também surgem dos conglomerados transnacionais de mídia, já que é difícil para os Estados controlar suas operações e impedir que seus cidadãos tenham acesso a suas mensagens (Mattelart & Mattelart, 1992; Curran & Seaton, 1997).

A partir de baixo, o surgimento dos novos movimentos sociais e a expansão de redes (*networks*) de organizações não-governamentais também ameaçam a soberania nacional. Como mencionado, as ONGs internacionais pressionam os Estados e cobram a sua responsabilização a nível internacional. Além do mais, elas representam a privatização do humanitarismo, minando assim uma das razões da existência dos Estados Nacionais (Castells, 1997). De uma maneira geral, as pressões de atores internacionais sobre os Estados incluem tanto formas de consentimento e contágio quanto o controle e a condicionalidade (Przervorsky, 1995). Há também pressões mais violentas, vindas do sub-mundo, relacionadas com a economia global do crime, tráfico de drogas e terrorismo (Castells, 1998).

Inquestionavelmente, significativas esferas de decisão foram retiradas da responsabilidade institucional dos Estados, em muitos casos com a sua cumplicidade (Mattelart & Mattelart, 1992). Ainda, nas áreas de direitos humanos, segurança ou ecologia, é cada vez mais aceite que a supervisão internacional deve prevalecer sobre os interesses individuais dos Estados nacionais. Entretanto, isto não significa o fim dos Estados-nações, mas sim a limitação da sua soberania, em troca da sua durabilidade (Castells, 1997). Além do mais, se há sinais positivos do desenvolvimento de uma ética global, há também tendências contraditórias na direção da revivescência de processos de nacionalismo. A mídia pode estimular ambos (Held, 1995; Curran & Seaton, 1997).

Dois conceitos recentemente trazidos para a frente do debate ajudam a resumir as mudanças na configuração do cenário global, embora possam provocar visões divergentes: 'governança global' e '*networking*' (atuando em redes). Governança global, que não deve ser entendida como governo global, indica um processo de administração das questões mundiais e tomada de decisões globais, através tanto de mecanismos formais quanto informais. Enquanto este processo era anteriormente considerado como objeto de relacionamentos exclusivamente entre Estados, ele agora crescentemente envolve um arco mais amplo de atores, incluindo organizações não-governamentais e movimentos sociais, além das corporações multi-

nacionais, entre elas as organizações globais de mídia (*Commission on Global Governance*, 1998). A inclusão desses atores transnacionais não esta-  
tais ameaça o monopólio de representação baseado nos Estados-nações e  
atravessa relações de cima para baixo.

'*Networking*' sugere fluxos e formas horizontais e trocas e articulações  
diagonais. Para Castells (1997), a '*network society*' (sociedade em rede) se  
originou da confluência de três processos interrelacionados que tiveram  
lugar no final dos anos sessenta: a revolução tecnológica da informação, a  
crise econômica e a posterior reestruturação do capitalismo e do estatismo  
e o florescimento de novos movimentos sociais. Ele argumenta que a lógica  
de *networking* transforma todos os domínios da vida social e econômica,  
incluindo o '*network - state*' (Estado em rede). '*Networking*' é também um  
conceito básico para autores que acreditam que as novas tecnologias e a  
Internet «oferecem a oportunidade para a criação de uma esfera pública, ou  
esferas públicas, genuinamente fora dos limites de qualquer Estado-nação  
ou entidade organizacional» (Braman, 1996: 36). Tem sido argumentado  
também que estas tecnologias estimulam a emergência de uma sociedade  
civil global, aumentam a participação e permitem um processo de *networking*  
cívico, com efetivo impacto político (Frederick, 1992).

O potencial democrático das novas tecnologias de comunicação e infor-  
mação e da Internet estimulam a imaginação, mas ainda não foi comple-  
tamente explorado. Entretanto, outras possibilidades negativas têm sido  
também apontadas, desde o quanto estas tecnologias podem contribuir  
para aumentar as disparidades entre as populações *info-poor* (pobres em  
informação) e *info-rich* (ricas em informação), ou facilitar a articulação  
nacional e internacional de movimentos anti-democráticos como os cita-  
dos, até à difusão ampla de valores indesejáveis e assuntos socialmente  
nocivos, como a pornografia infantil. Castells (1997) demonstra como estes  
sistemas foram decisivos para amplificar o impacto na opinião pública de  
dois movimentos totalmente opostos ideologicamente: o populismo conser-  
vador nos Estados Unidos e o Zapatismo no México. Mas ele também  
demonstra que isto foi conseguido através da alimentação da mídia.

Isto nos conduz à questão de avaliar se a globalização é negativa ou  
positiva. Embora as respostas sejam altamente divergentes (Boyd-Barrett,  
1997), muitos autores apontam a natureza ambivalente da globalização  
e a dualidade de seus efeitos (Theheranian & Theheranian, 1997; McGrew,  
1997), uma vez que a globalização comporta tanto formas a partir de  
cima quanto a partir de baixo (Santos, 1997). Esses processos englobam  
muitos aspectos contraditórios: homogeneização e heterogeneidade, solida-  
riedade e competição, politização e alienação, incapacitação e emanci-  
pação, centralização e descentralização. Não é portanto surpreendente que  
a globalização tenha provocado visões pessimistas e otimistas do presente  
e do futuro.

O impacto negativo das tendências de formação de conglomerados globais e comercialização da mídia tem sido enfatizado por estudiosos que argumentam que estes contribuem ainda mais para tendências de homogeneização e redução dos discursos disponíveis (Herman & McChesney, 1997; Garnham, 1990; Entman, 1989; Rubin, 1995). Entretanto, outros autores afirmam que a nova mídia global, apesar de ser voltada basicamente para o lucro, está inadvertidamente contribuindo para aumentar o nível de ação política além fronteiras (Toffler, 1993; Keane, 1995a). Como visto, imagens globais contribuíram para a formação de uma «opinião pública global», com um impacto positivo, como é evidente na história dos direitos humanos que contém muitos casos de prisioneiros políticos salvos por protestos globais, ou no caso dos processos políticos na Europa Oriental, nas últimas décadas. Isto apoia a crença de que a mídia global pode promover dramáticas discussões públicas a nível mundial, com influência decisiva, embora com desfechos menos felizes, como no caso do massacre dos estudantes na China, em 1989, que deliberadamente organizaram o protesto para uma audiência internacional, e carregaram mesmo cartazes escritos em inglês (Keane, 1995a).

Durante as marchas em Kosovo, em 1997, estudantes lutando por direitos civis para os albaneses também carregaram faixas com slogans dirigidos aos governos ocidentais, que diziam: Alô, Europa, onde estão vocês? (Power, 1999). Como Ferry (1995) observa, na sociedade midiática, o público não está mais confinado ao corpo eleitoral de uma nação, mas virtualmente abrange a humanidade como um todo. Os protestos estudantis na China e em Kosovo são também exemplos de como redes informais de cidadãos, não apenas nacionalmente mas também em outros países, deram apoio para o movimento. Isto reflete o aumento das trocas diretas (Mattelart & Mattelart, 1992 [orig.1986]); Mattelart, 1994) e virtuais entre sociedades civis além fronteiras, o que indica a emergência de uma sociedade civil internacional (Keane, 1992; Serra, 1993).

Nestes e em outros eventos envolvendo turbulências políticas internas, ou crises externas, a mídia global, especialmente a televisão via satélite, tem sido vista como criando uma audiência global que influencia positivamente o papel dos protagonistas, e mobiliza o envolvimento de outros. Neste sentido, estes meios podem ser entendidos como construindo uma opinião pública mundial, desde que eles ajam como canais diplomáticos de comunicação e mediadores políticos («*political brokers*») internacionais (Gurevitch, Levy & Roeh, 1991). Estudos sobre a cobertura de desastres humanos, tais como epidemias de fome, discutem o papel potencial da imprensa internacional em «galvanizar respostas internacionais e pressionar governos» (Philo, 1993: 105).

Não obstante, a universalidade na cobertura está longe de ser garantida. Por exemplo, algumas das mais longas e terríveis guerras, como as de

Angola e Serra Leoa, têm sido travadas no escuro. E, como o ex-secretário geral das Nações Unidas comenta, «a atenção da imprensa é como um feixe de luz que ilumina aonde ele brilha, mas deixa todo o resto na obscuridade» (Boutros-Gali, 1998: 24). Este é especialmente o caso de nações excluídas da economia global. Assim, a questão seguinte é: quão global é a globalização? Como muitos observaram, globalização não é um fenômeno unitário (e.g. Giddens, 1995), mas sim um processo multifacetado, multidimensional e multidirecional, que afeta todo mundo em toda parte, mas de formas diferentes e com efeitos diferentes (Waterman, 1996; Tomlinson, 1997).

Indubitavelmente, assimetria e estratificação permanecem como características importantes e em alguns casos crescentes da ordem global, afetando o acesso, a participação e a representação em todos os seus componentes. Isto pode ser confirmado por dados numéricos. O pequeno grupo de países mais poderosos do G7, que fixa os padrões e as políticas para a economia e a política mundiais e controla agências como o FMI e o Banco Mundial, representa apenas 12% da população do mundo e controlam a maior parte do fluxo de informações. Eles estão também entre os poucos países que detêm o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. Menos de 15% das ONGs registradas nas Nações Unidas pertencem a países em desenvolvimento (ver *Commission on Global Governance*, 1998), embora algumas devam ser consideradas internacionais em escopo. O fato de a maior parte dos conglomerados de mídia se localizar em poucos países leva alguns autores a argumentar que o termo mídia global é na verdade uma mistificação (Croteau & Hoynes, 1997).

À luz de tanta disparidade, Mowlana (1996: 199) sustenta que a globalização cria um mundo «estruturalmente oligárquico» e considera que «as questões políticas se tornaram globais no seu impacto, mas os formuladores da agenda para esses problemas dificilmente podem ser considerados globais, quanto mais universais». Entretanto, Sreberny-Mohammadi (1996: 4) argumenta que, até certo ponto, a crítica aos processos de globalização, baseada no fato dos mesmos não serem uniformes ou verdadeiramente globais, descarta o ponto conceitual fundamental de que as tendências centrais das sociedades modernas têm um alcance global pronunciado. Há lugar também para o argumento, colocado por Pieterse, de que o sentido da globalização é «o aumento nos modos de organização disponíveis: transnacional, internacional, macro-regional, nacional, micro-regional, municipal, local», apesar da importância crescente do nível global (citado em Straubhaar, 1997: 286, ênfase no original).

A resposta positiva ou negativa à globalização, então, depende da direção para a qual se dirige o olhar. Isto pode resultar em uma atenção para infra-estruturas ou superestruturas, mudança ou permanência, estrutura ou praxis. Avaliações mais negativas partem de autores da linha da economia política, que corretamente enfatizam a persistência de profundas

desigualdades (Golding & Harris, 1996). Avaliações mais positivas partem de cientistas políticos ou pensadores críticos que acreditam que é possível reformar a democracia (Held, 1995; Habermas, 1994), ou de alguns teóricos culturalistas.

De qualquer forma, o novo paradigma teórico, como o fundamento lógico dos conceitos que encabeçam esta seção sugere, convida à transversalidade (Mattelart & Mattelart, 1992). Isto indica que questões relativas à responsabilidade, responsabilização (*accountability*), publicidade e representação precisam ser reformuladas em termos internacionais, inclusive a questão da regulamentação da mídia. Assim, podemos perguntar: qual o impacto destas transformações em uma concepção de democracia baseada em noções de soberania popular e em uma esfera pública concebida nos limites do espaço nacional? E podemos considerar, como Garnham (1997: 69) coloca, como o conceito de esfera pública «pode tornar-se significativo num mundo de Estados-nações fracos e mídia comercial globalizada».

### **O repensar de Habermas sobre esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais**

O conceito de esfera pública, proposto por Jurgen Habermas (1989 [orig. 1962]), representou um modelo poderoso para a análise da comunicação pública e da formação da opinião pública. Isto se deu apesar de questionamentos quanto à pertinência histórica do seu relato da emergência e posterior erosão da esfera pública liberal, ao excessivo racionalismo do modelo e quanto a outros pontos, que provocaram muita crítica (para uma descrição do processo ver e.g. Genro filho, 1989; Holub, 1991; Calhoun, 1992a; Kellner, 1990; Peters, 1993; para uma abordagem crítica ver e.g. artigos em Calhoun, 1992b; Curran, 1991a). Assim, alguns autores defendem o uso político e normativo do conceito, como um tipo-ideal, ou uma medida crítica (Habermas, 1992b; Curran, 1991b; Garnham, 1990; Golding & Murdock, 1991; Dahlgren, 1995; Gomes, 1997: 69), argumentando que o mesmo «focaliza o problema adequado, porque coloca no centro da análise a relação entre a economia, de um lado, e os modos e questões da política democrática, de outro». Entretanto, outros comentários consideram as idéias de Habermas obsoletas e o conceito de esfera pública inaplicável a desenvolvimentos contemporâneos (Keane, 1995a, 1995b; Thompson, 1990, 1995; ver tb. Garnham (1995b) respondendo a Keane).

Observando a natureza ambivalente da esfera pública e da mídia na modernidade tardia, Habermas (1992b: 45) comentou que, se fizesse outra tentativa de examinar a transformação estrutural da esfera pública, o resultado «poderia dar margem a uma avaliação menos pessimista». Trinta anos depois de *Structural Transformations*, Habermas ofereceu outra versão para

o conceito da esfera pública, exposta predominantemente em *Between Facts and Norms* (Habermas, 1997 [orig.1992]), que realmente revê algumas das suas premissas de maneira significativa.

A abordagem posterior de Habermas é um modelo bastante elaborado, que beneficiou da crítica acadêmica ao seu trabalho inicial, e que é também informado pelas transformações históricas das últimas décadas, que influenciaram as mudanças no seu pensamento (ver e.g. Habermas, 1992a, 1992b, 1994, 1997). Essas mudanças fundamentais incluem a sua avaliação de que uma revolução, no sentido clássico do termo, não era o caminho adequado para a transformação social (ver e.g. Habermas, 1997 [orig. 1988]) e sua compreensão de que as formas antigas de democracia participatória não eram mais viáveis e tinham que ser redefinidas nas sociedades complexas. Tais revisões levaram Habermas a romper com modelos da sociedade centrados no Estado, a repensar a soberania popular de forma intersubjetiva, como poder comunicativo, e a enfatizar a importância da lei como o meio que pode transformar o poder comunicativo em poder administrativo. Porém, se o seu trabalho anterior provocou inúmeras respostas, essa nova versão recebeu pouca atenção na literatura inglesa (Serra, 1999a, 1999b, para comentários em Português ver e.g. Costa, 1994, 1997).

Para os propósitos deste ensaio, alguns pontos desta revisão são especialmente relevantes: o conceito de sociedade civil e o novo papel político dos movimentos sociais e da mídia e a configuração do espaço público. Habermas (1997: 367) agora define a sociedade civil como «composta por aquelas associações, organizações e movimentos, emergentes de forma mais ou menos espontânea que, sintonizados com a forma como os problemas sociais ressoam nas esferas da vida privada, destilam e transmitem essas reações de forma amplificada para a esfera pública». A esfera pública é definida como um espaço social entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas funcionais, de outro. É uma rede para a comunicação de fatos e opiniões, uma arena para a identificação, tematização, problematização e mesmo dramatização de problemas, que devem ser processados pelo sistema político. A esfera pública funciona como uma «caixa de ressonância» e estimula opiniões influentes.

O foco na força inovativa dos movimentos sociais, que Habermas havia negligenciado em seu trabalho anterior (Calhoun, 1992b; Dahlgren, 1991, Eley, 1992), também desempenha um papel importante nessa revisão. Como Habermas (1997) observa, citando Cohen & Arato, os movimentos sociais desempenham um papel tanto defensivo quanto ofensivo. De forma ofensiva, eles procuram levantar novos temas, soluções e valores e exercer pressão em favor de certas políticas. De forma defensiva, eles procuram preservar e ampliar as estruturas associativas com influência pública e gerar contra-instituições e públicos alternativos. Assim, eles contribuem para ampliar e radicalizar direitos já existentes.

Essa versão habermasiana mais recente da esfera pública é elaborada dentro do quadro de referência da democracia deliberativa processual. A democracia deliberativa depende do jogo entre processos informais da opinião pública e processos democráticos formais de constituição da vontade coletiva, desenvolvidos em Estados constitucionais, de tal forma que problemas descobertos e tematizados por públicos «fracos», na esfera pública periférica, não regulamentada, possam ser tratados em públicos centrais representativos e organizados («arranged»), como parlamentos (para a noção de públicos fracos como opostos a públicos fortes, ver Fraser, 1993).

De forma rotineira, o sistema político central detém a iniciativa na formulação da agenda e na definição das políticas. Mas, como Habermas (1997: 381) argumenta, as grandes questões das últimas décadas não foram postas inicialmente por poderes centrais. Ao contrário, elas foram levantadas por intelectuais, cidadãos preocupados, profissionais radicais e auto-proclamados advogados. Nesta perspectiva, antes que os problemas sejam formalmente considerados pelo sistema político, eles precisam enfrentar uma batalha pública para seu reconhecimento, que muitas vezes envolve longas campanhas e demonstrações sensacionais. Assim, para que a sociedade civil e os movimentos sociais possam desempenhar o seu papel e para que uma esfera pública liberal se desenvolva, algumas condições se fazem necessárias – principalmente garantias constitucionais democráticas e o clima de uma cultura política liberal.

Não obstante, mesmo sob condições democráticas, permanece como um dos problemas mais difíceis a questão de como as desigualdades sociais afetam o acesso, inclusão e desempenho na esfera pública, que reflete tanto assimetrias individuais quanto sistêmicas. Em princípio, a esfera pública é caracterizada pelo acesso irrestrito e pela igualdade. A capacidade pública de uso da razão é o único pré-requisito. A força do melhor argumento deve prevalecer sobre status ou outras formas de poder e, historicamente, a esfera pública foi projetada como um mecanismo liberador, de defesa contra o absolutismo (Gomes, 1997). Na prática, foi demonstrado (e o próprio Habermas não o nega) que a esfera pública esteve sempre cerceada pelo *status* social, patriarcalismo e outras formas de discriminação, que foram crescentemente reforçadas pelos mecanismos seletivos da mídia. Críticos radicais de Habermas, como Fraser (1993: 27), argumentam que uma «adequada concepção da esfera pública requer, não a simples colocação entre parênteses da desigualdade social, mas a sua eliminação».

Outro ponto importante nos escritos posteriores de Habermas é a sua resposta a esta crítica. Habermas argumenta que as garantias constitucionais e a ausência de mecanismos de exclusão garantem um potencial para a auto-transformação da esfera pública. Ele argumenta ainda que se espera que a sociedade civil neutralize essas desigualdades, na medida em que associações autônomas agem como advogadas de grupos subordinados e

fazem campanhas por questões negligenciadas. Assim, estas associações ajudam a preservar uma abertura para opiniões divergentes e a garantir uma diversidade representativa de vozes. Isto significa que um conhecimento alternativo pode ser produzido e forças contrárias podem ser liberadas.

Entretanto, Habermas também argumenta que é somente através da sua apresentação, de forma controversa, na mídia que essas questões podem alcançar o grande público e assim formar a agenda pública. Para impedir a possível subversão da mídia pelas fontes de poder, ele argumenta ainda que os códigos profissionais dos jornalistas não são suficientes, e que tanto a regulamentação constitucional quanto a participação de uma sociedade civil vigilante são necessárias.

Na sua análise anterior, Habermas (1989: 201, 195 [orig. 1962]) postulou que no capitalismo tardio a esfera pública foi subvertida pela interpenetração do Estado e da sociedade, pela comercialização da imprensa e pela crescente importância da publicidade e das relações públicas. Isto teria levado a uma despolitização da vida pública e a formas de publicidade que guardavam semelhança com processos típicos de tempos feudais. Assim, ele escreveu que a esfera pública tornou-se «a corte perante a qual o prestígio público pode ser exposto – ao invés da esfera na qual o debate público pode ser travado»... desde que técnicas de «manejo da opinião...invadem o processo da 'opinião pública'». A suposição de que a mídia contribuiu para essa 'refeudalização' da esfera pública foi devidamente criticada (Scanell, 199, Thompson, 1995) e o próprio Habermas (1992a: 438) admitiu que a sua análise, que sugere a passagem direta de «um público 'debatedor de cultura' para um público 'consumidor de cultura' era muito simplista».

Habermas (1997: 367) ainda considera que essas estratégias desempenham um importante papel na esfera pública, que ele descreve como dominada pelos meios de comunicação de massa, sujeita ao poder administrativo e social e «inundada pelo trabalho de relações públicas, propaganda e publicidade de partidos e grupos políticos». Entretanto, em sua nova análise (Habermas, 1997: 307), a mídia não apenas seleciona que temas e vozes ganham publicidade na esfera pública, mas, ao fazê-lo, esses meios também desempenham significativos papéis de mediação institucional e integração social. Eles canalizam correntes de opinião pública que «fluem através de públicos diferentes e se desenvolvem informalmente dentro das associações», eles fazem a mediação entre o centro e a periferia e desempenham o papel singular de aproximar leitores, ouvintes e espectadores, espalhados por diferentes áreas do globo, nas sociedades complexas. Os meios de massa, então, ampliam a esfera pública, que se torna mais inclusiva quanto maior é a audiência.

## Conclusão

As tendências abordadas neste artigo são complexas e contraditórias. As consequências para o futuro são difíceis de se prever (ver McGrew, 1997 para diferentes modelos de abordagem). Alguns pontos, entretanto, apresentam-se de forma muito clara. Primeiro, problemas cruciais na maior parte das sociedades crescentemente demandam soluções globais. Segundo, o palco para a ação política crescentemente atravessa as fronteiras dos estados nacionais, embora esta esteja conectada com a ação local. Terceiro, a mídia, e especialmente a mídia global, é crescentemente enfocada como o espaço para as lutas políticas. Quarto, crescentemente atores não-estatais internacionais, e não apenas os corporativos, tornam-se atores chave neste debate. Mas o enredo depende da interação ativa de todos e o desfecho é historicamente determinado e, portanto, precisa ser observado mais cuidadosamente.

O debate teórico sobre a transnacionalização da comunicação passou por três fases principais (Golding & Harris, 1996; Sreberny-Mohammadi, 1996). Na primeira, o paradigma dominante centrava-se nas idéias de modernização, desenvolvimento e difusão. Os meios de comunicação de massa eram vistos como agentes da transformação social, promovendo inovações em países em desenvolvimento e o modelo ocidental no Leste (Schramm, 1970; Lerner, 1973a, 1973b; Rogers, 1971; ver Boyd-Barret, 1982 para uma crítica desses objetivos). O paradigma assim implicava uma perspectiva do centro, salvando a periferia dos males do atraso, ou do perigo vermelho do comunismo.

A segunda fase foi marcada por uma reação crítica contra este modelo etnocêntrico, representada pela Teoria da Dependência, pela Pedagogia dos Oprimidos e pela perspectiva do Outro Desenvolvimento na América Latina, e pelo Imperialismo Cultural e Imperialismo da Mídia, nos países do norte. Estas perspectivas enquadraram os protestos sobre a exportação de modelos culturais e ideológicos, juntamente com o capital e a tecnologia (e.g. Amaral Vieira, 1978), o surgimento de firmas multinacionais e sistemas de comunicação, considerados como «aparelhos ideológicos do imperialismo» (Mattelart, 1976), e o desequilíbrio na informação. O principal paradigma dessa fase consistia na dominação e exploração da periferia pelo centro. O papel da mídia era reforçar essa dominação e contribuir para a sujeição internacional do terceiro mundo (ver e.g. Schiller, 1976; Boyd-Barrett, 1977; Reyes-Matta, 1980).

A terceira fase principal foi marcada pela metáfora da globalização. Entre o segundo e o terceiro momentos, o debate deslocou-se das preocupações com a penetração cultural e a dominação para a resistência, o profissionalismo, novas tecnologias e perspectivas de interdependência e trocas culturais (Martin-Barbero, 1984). O papel da mídia na comunicação

internacional nesta fase se torna mais ambivalente. Estudos sobre a audiência ativa são mais condizentes com a visão de uma mídia impotente que provoca poucos efeitos. Por outro lado, estudos sobre a cobertura de guerras ou revoluções enfatizam efeitos de mídia poderosos, embora a mídia possa aparecer como ferramenta para propaganda governamental (Herman & Chomsky, 1988), ou como profissionais ativos fazendo o seu trabalho e influenciando as relações exteriores. Outros estudos que discutem a contribuição da mídia internacional para a terceira onda da democratização baseados em «efeitos-demonstração» e visões da «bola de neve» (Huntington, 1991) lembram os trabalhos da primeira fase. Alguns estudos recentes adotam uma abordagem menos centrada na mídia e enfocam o papel de grupos fornecedores, como as organizações da sociedade civil e ONGs, em relação à mídia global.

Entretanto, a maior parte destes estudos não consegue ainda romper com o paradigma bi-polar anterior da relação entre países dominantes e dependentes. Além do mais, eles adotam uma perspectiva baseada em um fluxo unidirecional a partir do centro para a periferia. Estes estudos negligenciam completamente o papel da mídia e da sociedade civil nacionais e reproduzem a visão paternalista tradicional. O modelo centro-periferia proposto por Habermas, aplicado à dimensão internacional, pode escapar da direção de uma só via das teorias anteriores. A metáfora das esferas admite a existência de mais de um centro e de múltiplas periferias e incorpora as diferenças hierárquicas entre centros e margens (para o conceito de esferas ver Fornas, 1995).

É amplamente reconhecido que a noção habermasiana de esfera pública tem pelo menos três vantagens principais: o seu apelo normativo para o avanço democrático (Peters, 1993), a abordagem histórica, que «ilumina o debate sobre o papel da mídia na sociedade» (Curran, 1991a: 38), e a forma como esta liga a política democrática e a comunicação pública, como dimensões mutuamente constitutivas (Garnham, 1992). Este trabalho argumenta que o repensar de Habermas sobre a noção da esfera pública, agora encarada como uma «rede altamente complexa, que se ramifica em uma multidão de arenas internacionais, nacionais, regionais, locais e sub-culturais, que se sobrepõem» (Habermas, 1997: 373), apesar de algumas limitações (ver Serra, 1999a), fornece uma base importante para entender como o poder comunicativo pode ser convertido em poder político nos espaços públicos das sociedades globalizadas contemporâneas, embora, como ele mesmo reconhece, o escopo da dinâmica do modelo ainda precise ser estendido, para dar conta das novas «constelações». Esta versão revista permite um melhor entendimento dos limites, bem como das condições que possibilitam a grupos distantes das estruturas de poder ser representados na esfera pública e influenciar a definição de temas a serem tratados pelo sistema político.

As organizações da imprensa internacional em sua maior parte pertencem a grandes conglomerados, que são considerados responsáveis pela manutenção e fortalecimento das desigualdades entre países e grupos sociais, pelo cerceamento à livre e ampla expressão e pela redução da participação política, já que visam o lucro ao invés da responsabilidade social. Entretanto, paradoxalmente, tem sido demonstrado que elas se tornaram importantes canais para a participação política além fronteiras. Em alguns casos, elas representam os únicos ou os mais efetivos mecanismos para a expressão das demandas de grupos subordinados ou contendores políticos. Isto acontece principalmente em sociedades onde o acesso e a adequada representação desses grupos nos meios de comunicação influentes é dificultada pelas extremas desigualdades sociais, governos autoritários ou políticas de comunicação não democráticas. Estudos empíricos recentes mostram que esses meios podem legitimar as demandas e elevar a posição política de grupos não dominantes, em relação a outros atores políticos (ver e.g. Wolsfeld, 1997; Serra, 1996, 1999a, 1999b). Desta forma, eles contribuem para ampliar o debate na esfera pública internacional, com repercussões significativas no sistema político e na opinião pública, nos níveis nacional e internacional.

Entretanto, é importante notar que, usualmente, a pressão internacional é iniciada pelos esforços dos próprios grupos domésticos, através das suas interações interpessoais e da mobilização da sociedade civil. Em muitos casos, eles são capazes de sensibilizar grupos de pressão transnacionais influentes, como a Anistia Internacional ou o Greenpeace, que possuem mais recursos para patrocinar a sua campanha, alertar organizações supranacionais e uma rede de cidadãos interessados, abrir espaços na mídia e pressionar governos para responder. Como Hallin (1998) argumenta, essa associação entre movimentos locais e a opinião pública global está se tornando cada vez mais comum. Os próprios grupos locais cada vez mais desenvolvem conhecimento especializado em estratégias de mídia e uso de novas tecnologias, que os ajudam a tornar públicas suas causas. Ativistas políticos estão a par da importância da publicidade através da mídia (Serra, 1996; Gitlin, 1980) e enfatizam o simples, mas inegável, fato de que «muitos políticos sob a luz comportam-se de forma diferente do que políticos na obscuridade»(Jackson, 1999: 2).

Os meios de comunicação de massa são fundamentalmente organizações comerciais que produzem mercadorias culturais. Mas as notícias são o resultado de um conjunto de relações que acontecem dentro e fora das organizações produtoras de notícias e que são dependentes tanto de condições estruturais quanto da ação humana. Vários determinantes da produção de notícias torcem a mídia na direção de interesses poderosos e de fontes autorizadas (Galtung & Ruge, 1973; Hall et al, 1978; Herman & Chomsky, 1988; Curran, 1998; Habermas, 1997). No entanto, como Curran

(1996: 154) argumenta: «a mídia está exposta a pressões que se contrabalançam e o que realmente acontece depende das configurações particulares de uma sociedade em um momento específico.» Não obstante, como Boyd-Barret (1997: 24) observou, a maior parte dos estudos sobre a globalização «é o resultado de especulações, colocadas num nível de generalidade universal, na base de fontes secundárias». Assim, mesmo estudiosos que argumentam que de certa forma a teoria da globalização pode atrapalhar mais do que ajudar na tarefa essencial de entender o desenvolvimento atual, não obstante apelam por mais evidência empírica para fundamentar o debate (Curran & Seaton, 1997).

Um argumento central desse ensaio é que a esfera pública internacional não é uma unidade monolítica e que, embora seja hierarquicamente organizada, ela pode novamente se constituir em um mecanismo de defesa para grupos fora da estrutura de poder. Este argumento é baseado nas conclusões de um estudo sobre a emergência da questão do assassinato de «meninos de rua» brasileiros, que demonstra que grupos periféricos podem influenciar a definição de temas que são debatidos na mídia e tratados pelo sistema político e administrativo através da esfera pública internacional. Neste caso, a formação da agenda internacional e as repercussões na arena nacional envolveram complexas mediações e representações, no contexto de relações de cima para baixo, de baixo para cima e relações transversais entre grupos de pressão, autoridades, sociedades civis e a mídia nos níveis local, nacional e transnacional. Após protestos locais e crescente mobilização da sociedade civil a nível nacional, a pressão externa e a atenção da mídia internacional elevaram o patamar da cobertura das suas demandas na imprensa nacional e mudaram a correlação de forças em favor dos grupos que lutavam por reformas para atacar o problema, reunidos no movimento de meninos de rua (MNMMR). Isto de fato resultou em mudanças significativas nas políticas públicas para o setor (Serra, 1996, 1999a, 1999b).

O estudo das estratégias e técnicas de manejo de notícias de movimentos sociais e de outros grupos de pressão, para conseguir acesso e influenciar sentidos na mídia pública, e como isto afeta o seu relacionamento com os poderes centrais no «Estado de relações públicas» (*public relations state*) (Deacon & Golding, 1994; Schlesinger & Tumber, 1994), é uma parte importante do entendimento da operação da esfera pública. Entretanto, os conceitos de definidores primários (*primary definers*, Hall et al., 1978) e empresários de notícias (*issue entrepreneurs*, Schlesinger, 1990) deveriam agora ser discutidos no quadro de referência mais amplo da esfera pública internacional (Serra, 1993). É importante também relacionar essas noções à operação da mídia nacional e a processos políticos nacionais em sociedades historicamente definidas. A sociologia da mídia tem muito a ganhar da adoção de uma perspectiva mais ampla, que investigue como as

notícias são formadas através de interações do local com o global. Os condicionamentos da produção de notícias variam em formações sociais diferentes e podem puxar jornalistas e públicos locais e estrangeiros em direções diferentes.

A idéia de uma esfera pública unificada foi rejeitada como sendo simplesmente uma quimera (Keane, 1995b). Em seus trabalhos mais recentes, Habermas (1992a, 1997) admitiu a coexistência de esferas públicas concorrentes e a pluralização de públicos. Mas ele argumenta que estes permanecem porosos em relação uns aos outros, uma vez que se comunicam através da linguagem comum. Baseando-se em Habermas, Fornas (1995: 93) observa que estes públicos estão «entrelaçados pela sua função como arenas comunicantes... e que eles juntos formam uma esfera pública cívica geral que a todos engloba.» Entretanto, tem sido demonstrado que as mudanças econômicas e tecnológicas produziram uma mídia segmentada por classe social (Sparks, 1991) e contribuíram ainda mais para a fragmentação da esfera pública. Gitlin (1998: 172) comenta que a tecnologia também «agrava uma certa divisão de classe – a divisão entre a classe política e o resto».

O desenvolvimento de uma esfera pública internacional se torna um desafio urgente, não apenas teórico mas também prático, para poder fazer face à globalização da economia e impedir que o poder privado eclipse o processo democrático (Garnham, 1995a; Hallin, 1994) – um projeto que, como visto, tem encontrado algum ceticismo (Ortiz, 1994; Robbins, 1993; Gitlin, 1998; Tomlinson, 1996). O objetivo desse ensaio foi sugerir que uma noção revista da esfera pública, pensada na sua configuração internacional, tem o potencial de estimular o debate e a pesquisa na direção de novas práticas políticas e novos paradigmas que apontem para a transversalidade e assim possam melhor dar conta do novo papel que a mídia e os movimentos sociais podem desempenhar nos espaços públicos multidimensionais das sociedades globalizadas. Como Mosco (1996: 167) comenta, a vida pública e a cidadania têm sido encaradas pela pesquisa em comunicação como «uma forma de resistência ao mercantilismo e uma fonte de práticas sociais alternativas», uma vez que, dentro de condicionamentos dinâmicos, as formações sociais estão sujeitas à ação humana (Ferguson, 1998). É necessário entretanto adotar uma abordagem crítica que evite o risco tanto de uma celebração ingênua da sociedade civil internacional quanto de uma visão apocalíptica do poder do mercado e do estado globais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. A. L. (1996), «A Agenda Social da ONU contra a «Desrazão Pós-Moderna», in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 30, pp. 3-81.
- AMARAL VIEIRA, R. A. (1978), «Alienação e Comunicação (O Caso Brasileiro)», in Amaral Vieira, R. A. et al. (eds.), *Comunicação de Massa: O Impasse Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- ARCHER, C. (1992), *International Organizations* London, Routledge.
- BOYD-BARRETT, O. (1977), «Media Imperialism: Towards an International Framework for the Analysis of Media Systems», in Curran, J.; Gurevitch, M.; Woollacott, J. (Eds.), *Mass Communication and Society*. London: Edward Arnold, pp. 116-135.
- BOYD-BARRETT, O. (1982), «Cultural Dependency and the Mass Media», in Gurevitch, M.; Curran, J; Woollacott, J. (eds.), *Culture, Society and The Media*. London and New York: Routledge, pp. 174-195.
- BOYD-BARRETT, O. (1997), «International Communication and Globalization: Contradictions and Directions», in Mohammadi, A. *International Communication and Globalization*. London: Sage, pp.11-26.
- BRAMAN, S. (1996), «Interpenetrated Globalization: Scaling, Power, and the Public Sphere», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A. *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Cresskill NJ: Hampton Press, pp. 21-36.
- BOUTROS-GHALI, B. (1998), «Opinion-The New Authority», in Dennis, E.E. & Snyder, R.W. *Media & Democracy*. London: Transaction Publishers, pp. 23-25.
- CALHOUN, C. (1992a), «Introduction: Habermas and the Public Sphere», in Calhoun, C. (ed.), *Habermas and The Public Sphere*. Cambridge MA, London: MIT Press.
- CALHOUN, C. (1992b), *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge MA: MIT Press.
- CASTELLS, M. (1997), *The Power of Identity: The Information Age Economy, Society and Culture* vol II Oxford: Blackwell Publishers.
- CASTELLS, M. (1998), *End of Millenium: The Information Age Economy, Society and Culture* vol III Oxford: Blackwell Publishers.
- COMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE (1998), *Our Global Neighbourhood*. Oxford: Oxford University Press.
- COSTA, S. (1994), «Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil». *Novos Estudos CEBRAP* 38, pp. 38-52.
- COSTA, S. (1997), «Do Simulacro ao Discurso: Esfera Pública, Meios de Comunicação de Massa e Sociedade Civil». *Comunicação e Política* 4 (2), pp. 117-136.
- CROTEAU, D. & HOYNES, W. (1997), *Media Societies: Industries, Images and Audiences*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- CURRAN, J. (1991a), «Rethinking the Media as a Public Sphere», in Dahlgren, P. & Sparks, C. (eds.), *Communication and Citizenship*. New York: Routledge, pp. 27-57.

- CURRAN, J. (1991b), «Mass Media and Democracy: A Reappraisal», in Curran, J. & Gurevitch, M. (eds.), *Mass Media and Society*. London: Arnold, pp. 82-117.
- CURRAN, J. (1996), «Rethinking Mass Communications», in Curran, J. Morley, D. & Walkerdine, V. (eds.), *Cultural Studies and Communications*. London: Arnold. pp. 119-165.
- CURRAN, J. (1998), «Newspapers and the Press. The Media: An Introduction», in Briggs, A. & Cobby, P. (eds.). Essex: Longman, pp. 81-96.
- CURRAN, J. & SEATON, J. (1997), *Power Without Responsibility* (5th edn). London: Routledge.
- DAHLGREN, P. (1991), «Introduction», in Dahlgren, P. & Sparks, C. (eds.), *Communication and Citizenship*. New York: Routledge pp. 1-24.
- DAHLGREN, P. (1995), *Television and the Public Sphere: Citizenship, Democracy and the Media*. London: Sage.
- DEACON, D. & GOLDING, P. (1994), *Taxation and Representation*. London: John Libbey.
- ELEY, G. (1992), «Nations, Publics, and Political Cultures: Placing Habermas in the Nineteenth Century», in Calhoun, C. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge MA: MIT Press, pp. 289-339.
- ENTMAN, R. (1989), *Democracy without Citizens*. New York: Oxford University Press.
- FERGUSON, R. (1998), *Representing 'Race': Ideology, Identity and the Media*. London: Arnold.
- FERNANDES, R. C. (1995), «Elos de uma Cidadania Planetária», in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28 (10 ), ANPOCS, pp. 15-37.
- FERRY, J. (1995), «Las Transformaciones de la Publicidad Política», in Ferry, J. Wolton, D. et al. *El Nuevo Espacio Público*. Barcelona: Gedisa, pp. 13-27.
- FORNAS, J. (1995), *Cultural Theory and Late Modernity*. London: Sage.
- FRASER, N. (1993), «Rethinking the Public Sphere: A contribution to the Critique of Actually existing Democracy», in Robbins, B. (ed.), *The Phantom Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp.1-32.
- FREDERICK, H. (1992), «Computer Communications in Cross-Border Coalition-Building: North American NGO Networking Against NAFTA», *Gazette The International Journal for Mass Communication Studies* 50: the Netherlands: Kluwer Academic Publishers, pp. 217-241.
- FRIEDLAND, L.A. (1992), *Covering the World: International Television News Services*. New York: Twentieth Century Fund Press.
- GALTUNG, J. & RUGE, M. (1973), «Structuring and Selecting News», in Cohen, S. & Young, J. (ed.), *The Manufacture of News: Social Problems, Deviance and the Mass Media*. London: Constable, pp. 52-63.
- GARNHAM, N. (1990), *Capitalism and Communication: Global Culture and the Economics of Informations*. Newbury Park: Sage.
- GARNHAM, N. (1992), «The Media and the Public Sphere», in Calhoun, C. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge Ma: MIT Press, pp. 359-375.
- GARNHAM, N. (1995a), «The Media and the Public Sphere», in Boyd-Barret, O. & Newbold, C. *Approaches to Media, a Reader*. London: Arnold, pp. 245-251.

- GARNHAM, N. (1995b), «Comments on John Keane's Structural Transformations of the Public Sphere», *The Communication Review* 1 (1), pp. 23-25.
- GARNHAM, N. (1997), «Political Economy and the Practice of Cultural Studies», in Ferguson, M. & Golding, P. *Cultural Studies in Question*. London: Sage, pp.56-73.
- GENRO FILHO, A. (1989), *O Segredo da Pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz.
- GIDDENS, A. (1990), *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, A. (1995), «Para Além da Esquerda e da Direita: O Futuro da Política Radical», São Paulo: Unesp (original title *Beyond Left and Right: The Future of Radical Politics*).
- GIFFARD, A. C. (1996), «International News Coverage of the Rio Earth Summit», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A. *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill NJ: Hampton Press, pp 197-217.
- GITLIN, T. (1988), «Public sphere or public sphericules?», in Liebes, T. & Curran, J. (eds.), *Media, Ritual and Identity*. London: Routledge, pp. 168 -174.
- GOLDBLATH, D. (1997), «At the Limits of Political Possibility: The Cosmopolitan Democratic Project», *The New Left Review* 225 (nov-dec), pp.140-150.
- GOLDING, P. & MURDOCK, G. (1991), «Culture, Communications and Political Economy», in Curran, J. & Gurevitch, M. (eds.), *Mass Media and Society*. New York: Routledge, pp. 15-32.
- GOLDING, P. & MARRIS, P. (eds.), (1996), «Introduction», in *Beyond Cultural Imperialism: Globalization, Communication and the New International Order*. London: Sage, pp.1-9.
- GOMES, W. (1997), «Esfera Pública Política e Media: Com Habermas, Contra Habermas», *Compós*.
- GUREVITCH, M., LEVY, M. R. & ROEH, I. (1991), «The Global Newsroom», in Dahlgren, P. & Sparks, C. (eds.), *Communication and Citizenship*. London: Routledge, pp. 195-216.
- HABERMAS, J. (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. (Translated by Flavio Kothe). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J. (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity.
- HABERMAS, J. (1992a), «Further Reflections on the Public Sphere», in Calhoun, C. (ed.), *Habermas and The Public Sphere*. Cambridge MA & London: MIT Press, pp. 420-461.
- HABERMAS, J. (1992b), «Concluding Remarks», in Calhoun, C. (ed.), *Habermas and The Public Sphere*. Cambridge MA & London: MIT Press, pp. 462-479.
- HABERMAS, J. (1994), *The Past as Future* (interviewed by Michael Haller). Cambridge: Polity Press.
- HABERMAS, J. (1995), «O Estado-nação Europeu frente aos Desafios da Globalização: O Passado e o Futuro da Cidadania (translated from English by Antonio Sergio Rocha)», *Novos Estudos Cebrap* 43.
- HABERMAS, J. (1997), *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy* (translated by William Rehg). London: Polity Press.

- HALL, S. et al. (1978), *Policing the Crisis Mugging, The State, and Law and Order* 93. London: Macmillan.
- HALLIN, D. (1994), *We Keep America on Top of the World: Television Journalism and the Public Sphere*. London and New York: Routledge.
- HALLIN, D. (1998), «Broadcasting in the Third World: from National Development to Civil Society», in Liebes, T. & Curran, J., *Media, Ritual and Identity*. London and New York: Routledge, pp. 153-174.
- HAMELINK, C. J. (1994), *The Politics of World Communication: A Human Rights Perspective*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage.
- HELD, D. (1995), *Democracy and the Global Order*. Oxford: Polity Press.
- HERMAN, E. & CHOMSKY, N. (1988), *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon Books.
- HERMAN, E. & MCCHESENEY, R. (1997), *The Global Media: The New Missionaries of Corporate Capitalism*. London and Washington: Cassel.
- HOLUB, R. (1991), *Jurgen Habermas: Critic in the Public Sphere*. London: Routledge.
- HUNTINGTON, S. P. (1991), *The Third Wave: Democratization in the late 20th Century*. Norman: Ok University of Oklahoma Press.
- JACKSON, J. (1999), «A Tale of Two Countries: Sierra Leone vs. Kosovo: why isn't America paying more attention to the war in Africa?», in *Newsweek* June, 7, p 2.
- KEANE, J. (1992), «The Crisis of the Sovereign State», in Raboy, M. & Dagenais, B., *Media, Crisis and Democracy*. London: Sage, pp. 16-33.
- KEANE, J. (1995a), «Structural Transformations of The Public Sphere», *The Communication Review* 1(1), pp. 1-22.
- KEANE, J. (1995b), «A Reply to Nicholas Garnham», *The Communication Review*. 1(1), pp. 27-31.
- KELLNER, D. (1990), *Television and the Crisis of Democracy*. Boulder: Westview Press.
- LEIS, H. R. (1995), «Globalização e Democracia: Necessidade e Oportunidade de um Espaço Público Transnacional», *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28 (10), pp. 55-69.
- LERNER, D. (1973a), «Comunicação e as Perspectivas do Desenvolvimento Inovador», in Lerner, D. & Schramm, W. *Comunicação e Mudança nos Países em Desenvolvimento*. São Paulo: Melhoramentos, pp. 323-335.
- LERNER, D. (1973b), «Cooperação e Comunicação Internacional no Desenvolvimento Nacional», in Lerner, D. & Schramm, W. *Comunicação e Mudança nos Países em Desenvolvimento*. São Paulo: Melhoramentos, pp. 119-141.
- LUARD, E. (1990), *The Globalization of Politics: The Changed Focus of Political Action in the Modern World*. London: Macmillan.
- MAINWARING, S & VIOLA, E. (1984), «New social Movements, Political Culture and Democracy: Brazil and Argentina in the 1980s», *Telos* 61, pp.17-52.
- MARKOFF, J. (1997), «Really Existing Democracy: Learning From Latin America in the Late 1990s», *The New Left Review* 225, pp. 48-68.

- MARTIN-BARBERO, J. M. (1984), «Desafios à Pesquisa em Comunicação na América Latina», *Estado Sociedade Civil e Meios de Comunicação*, *Boletim Intercom* VII (49/50), pp. 23-34.
- MATTELART, A. (1976), *Multinacionais e Sistemas de Comunicação: Os Aparelhos Ideológicos do Imperialismo*. (translated by Laymert Garcia dos Santos). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.
- MATTELART, A. & MATTELART, M. (1992), *Rethinking Media Theory*. USA: University of Minesota Press.
- MATTELART, A. (1994), «Comunicação Mundo: História das idéias e das estratégias», (translated by Guilherme João de Freitas Teixeira). Petrópolis: Vozes.
- MACGREW, A. (1992), «A Global Society?», in Hall, S. *et al.* (eds.), *Modernity and its Future*. Milton Keynes: The Open University, pp. 62-116.
- MCGREW, A. (1997), «Democracy beyond Borders?: Globalization and the Reconstruction of Democratic Theory and Politics», in McGrew, A. (ed.), *The Transformation of Democracy?: Globalization and Territorial Democracy*. Polity Press & The Open University, pp. 231-266.
- MORIN, E. (1986), *Para Sair do Século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MOSCO, V. (1996), *The Political Economy of Communication: Rethinking and Renewal*. London: Sage.
- MOWLANA, H. (1996), *Global Communication in Transition: The End of Diversity?* Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- ORTIZ, R. (1994), *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- PARK, R. (1970), «A Notícia como Forma de Conhecimento», in Steinberg, C. (ed.), *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, pp. 168-185.
- PETERS, J. D. (1993), «Distrust of Representation: Habermas on the Public Sphere», *Media, Culture and Society* 15, pp. 541-571.
- PHILO, G. (1993), «From Buerk to Band Aid: The Media and the Ethiopian Famine», in Eldridge, J. (ed.), *Getting the Message News Truth and Power*. London and New York: Routledge, pp. 104-125.
- POWER, C. (1999), «Kosovo's Question: Where is Albin Kurti?», 15.
- PRZERVOSKY, A. (1995), *Sustainable Democracy*. Cambridge: University Press.
- REYES-MATTA, F. (ed.), (1980), *A Informação na Nova Ordem Internacional*, (translated by Paulo Kramer e Sigrid Sarti). Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra.
- ROBBINS, B. (1993), «Introduction: The Public as Phantom», in Robbins, B. (ed.), *The Phantom Public Sphere*. Minneapolis: University of Minesota Press.
- ROBERTSON, R. (1992), *Globalization, Social Theory and Global Culture* Sage: London.
- ROGERS, E. (1971), *Communication of Innovations: A Cross-Cultural Approach..* New York: Free Press.
- RUBIN, A. A. C. (1995), «Comunicação, Política e Sociabilidade Contemporâneas», in Rubin, A. A. C. (ed.), *Idade Mídia*. Salvador: Edufba, pp. 107-146.

- SANTOS, B. de S. (1997), «Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos», *Lua Nova* 39, pp. 107-124.
- SCANELL, P. (1996), *Radio, Television and Modern Life*. London: Blackwell Publishers.
- Scherer-Warren I. & Krischke P. J. (1987), *Uma Revolução no Cotidiano?: Os Novos Movimentos Sociais na America Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- SCHILLER, H. I. (1976), *O Império Norte-Americano das Comunicações* (translated by Lucia Halliday). Petrópolis: Vozes.
- SCHLESINGER, P. & TUMBER, H. (1994), *Reporting Crime: The Media Politics of Criminal Justice*. Oxford: Clarendon.
- SCHRAMM, W. (1970), *Comunicação de Massa e Desenvolvimento: O Papel da Informação nos Países em Crescimento*, (translated by Muniz Sodré and Roberto Lent). Rio de Janeiro: Edições Bloch.
- SERRA, S. (1993), «Multinationals of Solidarity: International Civil Society and the Issue of the Killing of Street Children», Conference Paper, Dublin: International Association for Mass Communication Research.
- SERRA, S. (1996), «Multinationals of Solidarity: International Civil Society and the Killing of Street Children in Brazil», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A. (eds.), *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill NJ: Hampton Press, pp. 219-241.
- SERRA, S. (1999a), *The Media, the international public sphere and the killing of street children in Brazil*. PhD thesis. London University.
- SERRA, S. (1999b), «The Killing of Brazilian Street Children and the Rise of the International Public Sphere», in Curran, J. (ed.), *Media Organizations in Society*. London: Arnold (no prelo).
- SREBERNY-MOHAMMADI, A. (1996), «Globalization, Communication and Transnational Civil Society: Introduction», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A., *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill NJ: Hampton Press, pp. 1-19.
- SRAUBHAAR, J. D. (1997), «Distinguishing the Global, Regional and National Levels of World Television», in Sreberny-Mohammadi, A. et al., *Media in Global Context: A Reader*. London: Arnold, pp. 284-298.
- THEHERANIAN, M. & THEHERANIAN, K. K. (1997), «Towards a New Paradigm», in Mohammadi, A. *International Communication and Globalization*. London: Sage, pp. 119-167.
- THOMPSON, J. B. (1990), *Ideology and Modern Culture: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication*. Oxford: Polity Press.
- THOMPSON, J. B. (1995), *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media*. Cambridge, Oxford: Polity Press.
- TOFFLER, A. (1993), *Powershift: as Mudanças do Poder*, (translated by Luiz Carlos do Nascimento Silva). Record.
- TOMLINSON, J. (1996), «Global Experience as a Consequence of Modernity», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A., *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill NJ: Hampton Press, pp. 63-87.

- TOMLINSON, J. (1997), «Cultural Globalization and Cultural Imperialism», in Mohammadi, A., *International Communication and Globalization*. London: Sage, pp.170-190.
- WATERMAN, P. (1996), «A New World View: Globalization, Civil Society and Solidarity», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A. (eds.), *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill, NJ: Hampton Press, pp. 37-61.
- WILLETS, P. (1982), *Pressure Groups in the Global System*. London: Frances Pinter.
- WOLSFELD, G. (1997), *Media and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.